

RELATÓRIO E CONTAS



GEDIPE

2020

17 JUNHO 2021

Relatório da Direção

Balanço

Demonstração dos Resultados por Natureza

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração das Alterações no Capital Próprio

Anexo

Certificação Legal das Contas

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Relatório da Direção

1

Handwritten initials and a signature in the top right corner.

RELATÓRIO DA DIREÇÃO

Caros Associados,

Nos termos da Lei e dos Estatutos, vem a direção da GEDIPE – Associação para a Gestão Coletiva de Direitos de Autor e de Produtores Cinematográficos e Audiovisuais, submeter à apreciação de V. Exas. o Relatório de Gestão do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

1. Enquadramento Económico

A atividade económica em 2020 foi profundamente afetada pela pandemia Covid-19, em que as medidas de contenção da crise de saúde pública e a atitude de precaução dos agentes económicos determinaram uma queda sem precedentes do PIB.

As perdas económicas foram diferenciadas entre países e setores de atividade, nos quais a resposta de política – monetária, orçamental e prudencial – não tem precedente em magnitude, celeridade e coordenação e foi decisiva na mitigação dos danos da crise. Sendo de destacar, como setores mais afetados o alojamento e restauração, transporte de passageiros e todas as diferentes atividades ligadas ao turismo.

Uma nota para dívida pública tendo atingido em dezembro de 2020 a quantia da 270.408 milhões euros, correspondendo, de acordo com o Banco de Portugal, a um máximo histórico, decorrente aumento dos títulos de dívida, dos empréstimos e das responsabilidades em depósitos.

A retoma para nível pré-pandemia deverá ser atingida no final de 2022. A recuperação da atividade traduz-se numa melhoria no mercado de trabalho, perspetivando-se um aumento do emprego e uma redução da taxa de desemprego a partir de meados do próximo ano.

O comportamento dos principais indicadores económicos apresenta-se no seguinte quadro (valores em percentagens):

	Principais indicadores económicos (%)					
	2016	2017	2018	2019	2020	2021 (a)
Produto interno bruto (PIB)	1,9	2,8	2,6	2,2	-7,6	3,9
Consumo privado	2,4	2,3	2,9	2,4	-6,8	3,9
Consumo público	0,8	0,2	0,7	0,7	0,4	4,9
Défice (% do PIB)	-2,1	-2,9	-0,5	-0,1	-7,3	-4,3
Taxa de desemprego	11,1	8,9	7,0	6,5	7,2	8,8
Taxa de inflação (IHPC)	0,6	1,6	1,4	0,3	0,0	0,3

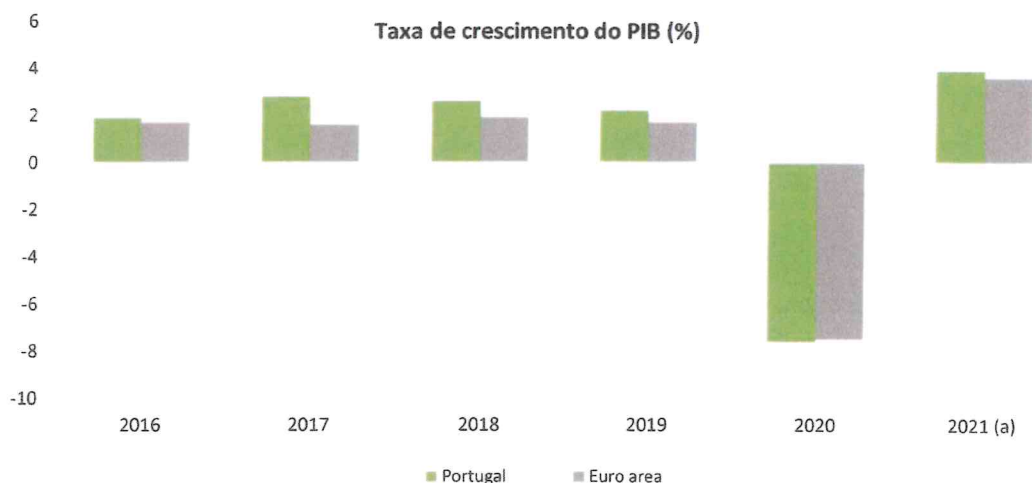
Fontes: INE – Instituto Nacional de Estatística, Ministério das Finanças, Banco de Portugal e Eurostat
Notas: (a) Previsões OCDE e Banco de Portugal (dez/2020)

8
n
Jhy

Apesar desta crise, o impacto no emprego será mais moderado devido às medidas de apoio. A taxa de desemprego anual prevê-se que se situe nos 7,2%, o que se traduz em cerca de 450 mil pessoas desempregadas.

Entre os estados-membros, no decorrer do ano 2020, Portugal situou-se ligeiramente acima da taxa de desemprego na zona euro, sendo que as mais altas continuam a ser a de Espanha (15,7%) e da Grécia (16,8%), enquanto a República Checa (2,68%) apresenta a taxa mais baixa. Na zona Euro, a taxa de desemprego subiu para 8,1% enquanto na União Europeia subiu para 7,2%.

Neste enquadramento, projeta-se uma queda do PIB de 7,6% em 2020, seguida de um crescimento de 3,9% em 2021, 4,5% em 2022 e 2,4% em 2023, conforme quadro a seguir apresentado (valores em percentagens):



Fontes: Ministério das Finanças e Comissão Europeia
Notas: (a) Previsões OCDE

Comparando com os países da EU, Portugal regista a 5ª maior contração do PIB. Em Espanha, de acordo com as previsões da OCDE, o PIB registou uma taxa de 11,6% negativos no ano de 2020, tendo previsto uma taxa de 5% positivos para 2021.

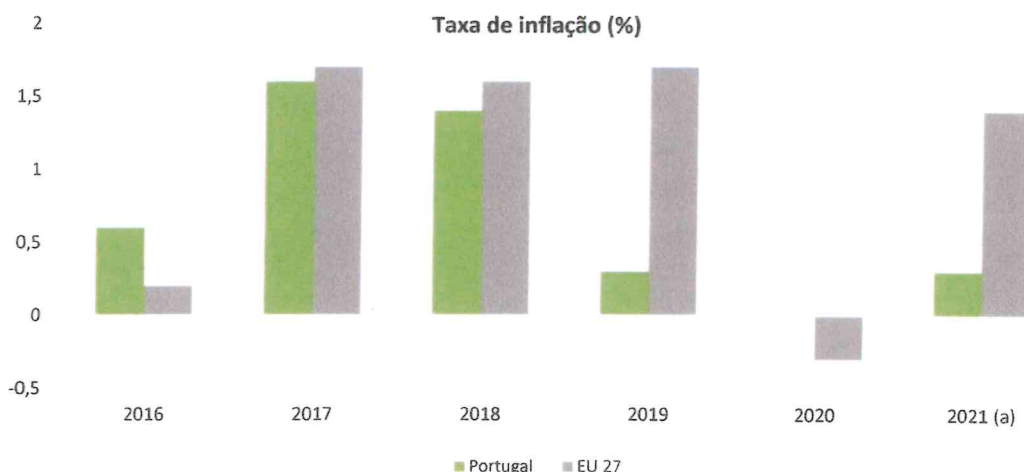
Saliente-se que Portugal terá de enfrentar a saída, consumada no final de 2020, do Reino Unido, via “Brexit”, que também terá um impacto profundo na União Europeia, principalmente em 2021. A economia portuguesa poderá sofrer impactos negativos no crescimento, nas exportações e mesmo nos custos de financiamento. O Reino Unido é o quarto maior mercado das exportações portuguesas, pelo que as exportações para o Reino Unido poderão descer 15%, no cenário mais otimista.

Contudo, com o “Brexit” o Reino Unido terá mais dificuldades em importar e exportar de e para outros países da União Europeia e, neste cenário, Portugal pode substituir outros países no relacionamento com o mercado Reino Unido no “pós-Brexit”.

\$
M
J

O BCE decidiu manter as taxas de juro oficiais, pelo que a taxa de juro aplicável às operações principais de refinanciamento manteve-se em 0,0%. De acordo com essa entidade, as pressões sobre os preços na área do euro deverão continuar moderadas no médio prazo, e as condições monetárias, nomeadamente ao nível do crédito, deverão permanecer contidas.

A inflação, segundo o INE, apresenta uma variação nula 2020, com previsões de 0,3% em 2021, 0,9% em 2022 e 1,1% em 2023. O comportamento e evolução das taxas de inflação apresentam-se no seguinte quadro (valores em percentagens):



Fontes: Banco de Portugal e Comissão Europeia
Notas: (a) Previsões

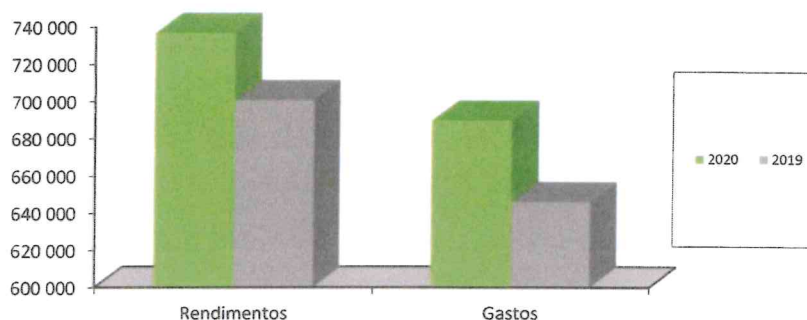
As perspetivas económicas permanecem rodeadas de elevada incerteza, estando muito dependentes da evolução da doença e da rapidez da vacinação em larga escala. Embora se projete uma retoma da atividade económica em 2021, o seu ritmo será condicionado pelo impacto da crise sobre a capacidade produtiva e pela necessária reafetação de recursos entre empresas e entre setores.

O aumento do endividamento dos setores público e privado e do risco de crédito coloca desafios importantes à economia portuguesa nos próximos anos. A atuação das políticas nacionais e supranacionais continuará a ter um papel fundamental na recuperação e resiliência da economia portuguesa, devendo promover a retoma do investimento e a correta afetação de recursos.

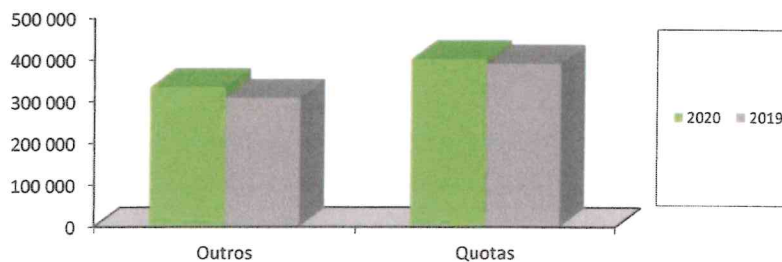
M
Jhr

2. ATIVIDADE DESENVOLVIDA EM 2020

Os gastos e os rendimentos operacionais apresentam a seguinte evolução (valores em euros):



Ao nível dos rendimentos estes decorrem das quotizações, comissões de gestão, e de prestações de serviços no âmbito do projeto de cobrança de direitos conexos de comunicação pública audiovisual, conforme gráfico comparativo que se apresenta (valores em euros):



No que respeita aos gastos operacionais estes decorrem, fundamentalmente, de fornecimentos e serviços e gastos com o pessoal, conforme gráfico comparativo que se apresenta (valores em euros):



~~M~~
M
Jhy

Os direitos de retransmissão, com referência a 31 de dezembro de 2020, debitados e distribuídos são os seguintes (valores em euros):

Descrição	31-12-2019	Exercício de 2020	31-12-2020
Debitados	51.716.649	5.233.993	56.950.642
Distribuídos	42.641.268	4.995.597	47.636.865

Os direitos de retransmissão debitados até 31 de dezembro de 2020 ascenderam a 56.950.642 euros. Os direitos de retransmissão correspondentes ao exercício ascenderam a 5.233.993 euros.

No presente exercício foram distribuídos direitos de retransmissão por cabo, no valor de 4.995.597 euros. O valor total dos direitos de retransmissão distribuídos até 31 de dezembro de 2020 ascendeu a 47.636.865 euros.

Nos termos do disposto no artigo 29.º da Lei n.º 100/2017, de 23 de agosto, a quantia correspondente a 5% do valor dos direitos debitados relativos retransmissão por cabo ou similares (2.804.951 euros) são transferidos para o fundo cultural, logo que o pagamento dos direitos seja efetivado. Nos termos da legislação referenciada tais quantias apenas podem ser utilizadas em atividade sociais, formação, culturais e outras, estando a ser geridas em contas bancárias individualizadas.

No presente exercício foram distribuídos direitos de cópia privada, no valor de 1.261.278 euros, respeitando 1.008.404 euros aos titulares nacionais e 252.874 euros aos titulares internacionais. O valor total dos direitos distribuídos até 31 de dezembro de 2020 ascendeu a 6.974.365 euros.

De salientar ainda, a distribuição acumulada da reserva do fundo cultural dos direitos de cópia privada, cujo valor até 31 de dezembro de 2020 ascendeu a 791.159 euros. No exercício ascendeu a 33.929 euros.

Relativamente aos direitos de comunicação pública foi debitado um total acumulado 8.980.009 euros.

No que respeita, ao montante consignado pela AGECOP para afetação a projetos elegíveis do fundo cultural, o valor disponibilizado por utilizar, em 31 de dezembro de 2020, ascendia a 1.203.991 euros. No exercício foi utilizada e objeto de prestação de contas a quantia a 439.308 euros.

3
M
Jh

Os rendimentos acumulados das aplicações financeiras a 31 de dezembro ascendem a 1.757.787 euros, com a seguinte decomposição (valores em euros):

Descrição	31-12-2019	Exercício de 2020	31-12-2020
Retransmissão – Fiduciária	1.263.010	358	1.263.368
Retransmissão - Fundo cultural	179.449	31	179.480
Cópia Privada – Fiduciária	231.562	81	231.643
Cópia Privada - Fundo cultural	57.948	9	57.957
Cópia Privada – F. Cultural AGE COP	16.447	0	16.447
Comunicação Pública - Fiduciária	8.807	85	8.892
	1.757.223	564	1.757.787

No orçamento de exploração foram concretizados os seguintes recebimentos e pagamentos (valores em euros):

Saldo inicial	411.356
Recebimentos	1.169.297
Pagamentos	<u>1.076.706</u>
Saldo final	<u>503.947</u>

INVESTIMENTOS

No exercício foram concretizados investimentos em equipamento de transporte (42.641 euros) edifícios e outras construções (1.795 euros) e equipamento administrativo (2.718 euros). Também foram efetuados investimentos em ativos intangíveis (serviço de desenvolvimento da plataforma de gestão para a concessão de apoios à criação de novas obras audiovisuais) no montante de 20.000 euros.

3. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Após o termo do exercício e até à presente data, não ocorreram factos relevantes que possam alterar os pressupostos na base dos quais este documento é produzido.

4. PERSPETIVAS PARA O EXERCÍCIO DE 2021

O surto pandémico provocado pela Covid-19, veio acrescentar dificuldades em perspetivar a evolução futura de curto prazo da economia. O primeiro trimestre continuou marcado pelas restrições impostas, com a aplicação de medidas extraordinárias e de carácter urgente de restrição de direitos e liberdades, em especial no que respeita aos direitos de circulação e à atividade económica.

Assim, embora possam vir a existir efeitos da pandemia na atividade, relativamente à cobrança de direitos, o orçamento de exploração para 2021 prevê proveitos de 660.000 euros, idênticos aos verificados em 2020 (660.000 euros).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

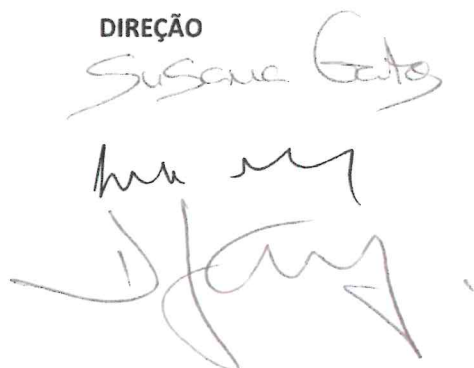
Na presente data, não existem dívidas em mora perante a Segurança Social ou perante o Estado.

6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Propõe-se a transferência do resultado líquido do exercício, no valor de 30.713,18 euros (trinta mil setecentos e treze euros e dezoito cêntimos) para Resultados transitados.

Lisboa, 7 de abril de 2021

DIREÇÃO



The image shows three handwritten signatures in blue ink. The top signature is clearly legible as 'Susana Gato'. Below it are two more signatures, one of which appears to be 'Ana Maria' and the other is more stylized and less legible.

Balanço

2

Entidade: GEDIPE - Associação para a Gestão Coletiva Direitos de Autor e de Produtores Cinematográficos e Audiovisuais
BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

EURO

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2020	31/12/2019
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	94,089.57	78,739.13
Ativos intangíveis	6	13,334.93	3,062.88
Outros instrumentos financeiros		2,897.50	2,371.30
		110,322.00	84,173.31
Ativo corrente			
Cientes	7	1,122,565.70	1,127,887.18
Estado e outros entes públicos	8	139,318.07	201,574.74
Outros créditos a receber	7	264,772.17	296,883.36
Diferimentos		4,704.54	2,258.35
Caixa e depósitos bancários	4	16,093,899.52	14,943,000.36
		17,625,260.00	16,571,603.99
Total do ativo		17,735,582.00	16,655,777.30
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Resultados transitados	9	549,849.44	506,086.66
		549,849.44	506,086.66
Resultado líquido do período	9	30,713.18	43,762.78
Total do capital próprio		580,562.62	549,849.44
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	10	45,492.35	27,779.41
Outras dívidas a pagar	11	10,222,806.25	9,144,314.01
		10,268,298.60	9,172,093.42
Passivo corrente			
Fornecedores	11	3,244.94	8,072.66
Estado e outros entes públicos	8	54,907.20	48,941.87
Financiamentos obtidos	10	9,125.04	4,929.05
Outras dívidas a pagar	11	6,819,443.60	6,871,890.86
		6,886,720.78	6,933,834.44
Total do passivo		17,155,019.38	16,105,927.86
Total do capital próprio e do passivo		17,735,582.00	16,655,777.30

Direção

Susana Gade
huc
D. J. J.

Contabilista Certificado

Ana Sofia Duarte

Demonstração dos Resultados por Naturezas

3

Entidade: GEDIPE - Associação para a Gestão Coletiva Direitos de Autor e de Produtores Cinematográficos e Audiovisuais
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2020	2019
Vendas e serviços prestados	12	710,505.43	697,790.55
Fornecimentos e serviços externos	13	-347,202.34	-360,114.68
Gastos com o pessoal	14	-266,808.83	-229,866.34
Provisões (aumentos/reduções)		1,394.21	-2,061.08
Outros rendimentos	12	24,937.20	2,995.56
Outros gastos	15	-34,265.75	-29,912.79
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		88,559.92	78,831.22
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5 e 6	-41,531.56	-24,169.46
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		47,028.36	54,661.76
Juros e gastos similares suportados	15	-1,357.27	-158.28
Resultado antes de impostos		45,671.09	54,503.48
Imposto sobre o rendimento do período	8	-14,957.91	-10,740.70
Resultado líquido do período		30,713.18	43,762.78

Direção

Susana Costa
[Assinatura]
[Assinatura]

Contabilista Certificado

Ana Sofia Freitas

Demonstração dos Fluxos de Caixa

4

Entidade: GEDIPE - Associação para a Gestão Coletiva Direitos de Autor e de Produtores Cinematográficos e Audiovisuais
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Quotas de associados		207,500.00	207,500.00
Comissões de gestão e outros serviços		418,679.03	501,211.82
Recebimentos de direitos		9,056,762.23	10,033,946.18
Pagamentos de direitos		-7,865,910.79	-7,447,356.11
Disponibilizações fundo cultural AGECOP		684,014.94	356,254.08
Utilizações fundo cultural AGECOP		-439,307.52	-181,022.55
Pagamentos a fornecedores		-392,845.03	-394,280.12
Pagamentos ao pessoal		-268,870.57	-229,854.95
Caixa gerada pelas operações		1,400,022.29	2,846,398.35
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-15,197.88	11,937.86
Outros recebimentos/pagamentos relativos à atividade operacional		-195,215.38	-198,424.55
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		1,189,609.03	2,659,911.66
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-5,094.21	-460.73
Ativos intangíveis		-20,000.00	0.00
Outros ativos		-526.20	-619.44
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		9,000.00	0.00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-16,620.41	-1,080.17
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0.00	0.00
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		-1,357.27	-158.28
Outras operações de financiamento		-20,732.19	-15,983.96
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-22,089.46	-16,142.24
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		1,150,899.16	2,642,689.25
Efeito das diferenças de câmbio		0.00	0.00
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	14,943,000.36	12,300,311.11
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	16,093,899.52	14,943,000.36

Direção

Susana Costa
hu
D. F. ...

Contabilista Certificado

Alva Sofia De Lencastre

Demonstração das Alterações nos Capitais Próprios

5

Entidade: GEDIPE - Associação para a Gestão Coletiva Direitos de Autor e de Produtores Cinematográficos e Audiovisuais
 DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO DE 2019

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe					Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
		Capital subscrito	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total		
Posição no início do período 2019	1	0.00	505,260.46	0.00	826.20	506,086.66	0.00	506,086.66
Alterações no período								
Primeira adoção de novo referencial contabilístico								
Alterações de políticas contabilísticas								
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras								
Realização de excedentes de revalorização								
Excedentes de revalorização								
Ajustamentos por impostos diferidos								
Outras alterações reconhecidas no capital próprio								
	2	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Resultado líquido do período	3				43,762.78	43,762.78	0.00	43,762.78
Resultado integral	4=2+3				43,762.78	43,762.78	0.00	43,762.78
Operações com detentores de capital no período								
Realizações de capital								
Realizações de prémios de emissão								
Distribuições			826.20		-826.20		0.00	0.00
Entradas para cobertura de perdas								
Outras operações								
	5	0.00	826.20	0.00	-826.20	0.00	0.00	0.00
Posição no fim do período 2019	6=1+2+3+5	0.00	506,086.66	0.00	43,762.78	549,849.44	0.00	549,849.44

Direção

Susana Gato
[Handwritten signature]

Contabilista Certificado

Aurélia Dineiros

Entidade: GEDIPE - Associação para a Gestão Coletiva Direitos de Autor e de Produtores Cinematográficos e Audiovisuais
 DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO DE 2020

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe					Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
		Capital subscrito	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total		
Posição no início do período 2020	6	0.00	506,086.66	0.00	43,762.78	549,849.44	0.00	549,849.44
Alterações no período								
Primeira adoção de novo referencial contabilístico								
Alterações de políticas contabilísticas								
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras								
Realização de excedentes de revalorização								
Excedentes de revalorização								
Ajustamentos por impostos diferidos								
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	7	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Resultado líquido do período	8				30,713.18	30,713.18	0.00	30,713.18
Resultado integral	9=7+8				30,713.18	30,713.18	0.00	30,713.18
Operações com detentores de capital no período								
Realizações de capital								
Realizações de prémios de emissão								
Distribuições			43,762.78		-43,762.78	0.00	0.00	0.00
Entradas para cobertura de perdas								
Outras operações	10	0.00	43,762.78	0.00	-43,762.78	0.00	0.00	0.00
Posição no fim do período 2020	11=6+7+8+10	0.00	549,849.44	0.00	30,713.18	580,562.62	0.00	580,562.62

Direção

Susana Gato
[Assinatura]

Contabilista Certificado

Ana Sofia Duarte

Anexo

6

ANEXO

Exercício de 2020

1. Identificação da entidade:

- 1 – Designação da entidade: GEDIPE – Associação para a Gestão Coletiva de Direitos de Autor e de Produtores Cinematográficos e Audiovisuais.
- 2 – Sede: Avenida Infante Dom Henrique, n.º 306, Lote 6, 1.º piso, freguesia de Marvila, concelho de Lisboa.
- 3 – Natureza da atividade: Gestão coletiva do direito de autor e dos direitos conexos em relação aos produtos audiovisuais produzidos e editados pelos autores, produtores e editores seus representados.

A Associação está legalmente constituída e registada na IGAC – Inspeção Geral das Atividades Culturais como Sociedade de Gestão Coletiva sob o número noventa e seis, folha quarenta e sete, e encontra-se matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, sob o número 504.229.290.

A GEDIPE no âmbito do seu objeto e em conformidade com a Lei das Sociedades de Gestão Coletiva procede à emissão de débitos de direitos conexos de retransmissão aos operadores de televisão por cabo, de cópia privada e de direitos de comunicação pública audiovisual.

O orçamento da GEDIPE é suportado por quotizações, comissões de gestão e prestações de serviços no âmbito do projeto de cobrança de direitos conexos de comunicação pública audiovisual.

As quantias apresentadas nas notas seguintes são referidas em euros.

As notas não mencionadas não se aplicam à Associação ou respeitam a factos ou situações não materialmente relevantes ou que não ocorreram no exercício de 2020.



2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:

2.1 – Referencial contabilístico utilizado:

As demonstrações financeiras encontram-se preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), referencial contabilístico português, publicado em 13 de julho de 2009 através do Decreto-Lei n.º 158/2009.

2.2 – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior:

As contas do balanço e da demonstração dos resultados são comparáveis com as do exercício anterior.

3. Principais políticas contabilísticas:

3.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

A estrutura conceptual do SNC tem por base as seguintes bases de mensuração: custo histórico, custo corrente, valor realizável, valor presente e justo valor, as quais são aplicadas de forma diferenciada no momento inicial e nos períodos subsequentes.

As demonstrações financeiras da associação, de uma forma geral, foram preparadas de acordo com o critério base do custo histórico.

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente em todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

A Direção optou pelas bases de mensuração abaixo descritas.

3.2 – Outras políticas contabilísticas relevantes:

Ativos fixos tangíveis

Os bens adquiridos são mensurados ao custo de aquisição, o qual inclui as despesas adicionais de compra. Posteriormente são mantidos ao custo histórico líquidos das respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

~~✱~~ ✱
M
Jhy

As depreciações são efetuadas tendo por base as taxas definidas fiscalmente, sendo que a Associação considera que refletem adequadamente a vida útil estimada dos bens, sendo apresentadas como segue:

Edifícios e outras construções	10 anos
Equipamento de transporte	4 - 5 anos
Equipamento administrativo	3 - 10 anos

Ativos intangíveis

Os ativos adquiridos são mensurados inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui as despesas adicionais de compra, sendo mantidos ao custo histórico na mensuração ocorrida em períodos subsequentes, sendo apenas sujeitos a testes de imparidade quando existem indicadores que apontem nesse sentido.

Valores a receber

Os valores a receber são inicialmente mensurados ao custo, podendo posteriormente ser reduzidos pelo reconhecimento de perdas por imparidade, sendo esta perda apenas reconhecida quando existe evidência objetiva de que a Associação não receberá a totalidade dos montantes em dívida.

Reconhecimento dos direitos e ganhos associados

Os direitos de retransmissão, de comunicação pública e os direitos de cópia privada cobrados e os ganhos associados, nomeadamente os decorrentes das aplicações de capitais, são reconhecidos em contas a pagar para distribuição aos seus titulares. De referir, que 5% dos direitos debitados estão afetos ao fundo cultural, nos termos disposto no artigo 29.º da Lei n.º 100/2017, de 23 de agosto.

Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a doze meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

~~SA~~ ~~DA~~
M
Sby

Rendimentos e gastos

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio de contabilidade em regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

Rédito

O rédito compreende o justo valor da prestação de serviços, líquido de impostos e descontos, é reconhecido com referência à sua prestação.

Impostos sobre o rendimento

Os impostos sobre lucros registados em resultados, incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos.

Os impostos correntes correspondem ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período, que incide sobre as comissões de gestão, serviços administrativos e outras prestações de serviços, utilizando a taxa de imposto em vigor, à data de balanço, e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores.

3.3 – Juízos de valor com impacto nas demonstrações financeiras:

Não foram efetuados juízos de valor com impacto nas demonstrações financeiras.

3.4 – Principais pressupostos relativos ao futuro:

A Associação encontra-se sujeita a diversos riscos, quer de mercado, crédito e de liquidez.

A Associação gere o risco de liquidez, tendo por objetivo garantir que, a todo o momento, a entidade mantém a capacidade financeira para, dentro de condições de mercado não desfavoráveis, cumprir com as suas obrigações de pagamento à medida do seu vencimento e garantir atempadamente o financiamento adequado ao desenvolvimento dos seus negócios e estratégia.

Handwritten initials and marks in the top right corner, including a blue 'A', a blue 'B', and a signature 'M Jby'.

3.5 – Principais fontes de incerteza das estimativas:

As NCRF's requerem que sejam efetuados julgamentos e estimativas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, rendimentos e gastos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos rendimentos e gastos reais.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos, utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Associação, são apresentados nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados e a sua divulgação.

Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Associação é apresentada nas Notas 3.1 e 3.2.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela Associação o resultado, reportado pela Associação, poderia ser diferente, caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido.

A Direção considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Associação e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Impostos sobre os lucros

A Associação encontra-se isenta de pagamento do IRC na sua atividade associativa e sem fins lucrativos e sujeita ao pagamento de IRC sobre as comissões de gestão, serviços administrativos e outras prestações de serviços. O pagamento do imposto sobre o rendimento é efetuado com base no pró-rata entre estas duas vertentes e de acordo com a lei portuguesa. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas.

Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Em Portugal, as Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Associação, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Direção de que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

Benefícios a empregados – estimativa de férias

A determinação das responsabilidades por benefícios aos empregados requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções salariais. Contudo, as alterações a estes pressupostos não deverão ter um impacto significativo nos valores determinados.

4. Fluxos de caixa:

4.1 – Comentário da Direção sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso:

Não existem saldos indisponíveis para uso.

4.2 – Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Descrição	2020	2019
<u>Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis</u>		
Orçamento exploração	503.946,72	411.355,88
Retransmissão por cabo – Fiduciária	6.852.697,70	6.624.653,23
Retransmissão por cabo - Fundo cultural	1.036.562,91	887.197,86
Cópia Privada – Fiduciária	4.242.115,83	3.048.426,35
Cópia Privada - Fundo Cultural	149.045,72	200.519,11
AGECOP - Fundo cultural cópia privada	1.203.990,98	959.283,56
Direitos de comunicação pública – Fiduciária	1.712.344,79	2.403.661,69
Direitos de comunicação pública - Distribuição	242.909,66	292.491,47
Direitos de aluguer e comodato	1.602,20	1.644,20
Cópia Privada – Orçamento	13.808,04	13.850,04
Direitos de comunicação pública - Fundo Cultural	134.874,97	99.916,97
Caixa e seus equivalentes	16.093.899,52	14.943.000,36

5. Ativos fixos tangíveis:

5.1 – Divulgações por cada classe de ativos fixos tangíveis:

Exercício de 2020

Movimentos	Rubricas				Total
	Edifícios e outras construções	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	
Saldo inicial:					
Valor de aquisição	63.703,54	74.912,71	62.871,10	1.445,53	202.932,88
Depreciação acumulada	-47.438,50	-40.628,18	-35.259,74	-867,33	-124.193,75
Imparidade acumulada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor líquido inicial	16.265,04	34.284,53	27.611,36	578,20	78.739,13
Movimentos do ano:					
Aquisições	1.795,00	42.641,12	2.717,93	0,00	47.154,05
Alienações	0,00	-29.200,00	0,00	0,00	-29.200,00
Abates	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depreciação do exercício	-2.212,62	-22.088,46	-7.213,42	-289,11	-31.803,61
Regularização da depreciação acumulada das alienações	0,00	29.200,00	0,00	0,00	29.200,00
Imparidade do exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total de movimentos	-417,62	20.552,66	-4.495,49	-289,11	15.350,44
Saldo final:					
Valor de aquisição	65.498,54	88.353,83	65.589,03	1.445,53	220.886,93
Depreciação acumulada	-49.651,12	-33.516,64	-42.473,16	-1.156,44	-126.797,36
Imparidade acumulada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor líquido final	15.847,42	54.837,19	23.115,87	289,09	94.089,57



Exercício de 2019

Movimentos	Rubricas				Total
	Edifícios e outras construções	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	
Saldo inicial:					
Valor de aquisição	63.703,54	29.200,00	62.464,60	1.445,53	156.813,67
Depreciação acumulada	-45.405,38	-29.200,00	-27.902,64	-578,22	-103.086,24
Imparidade acumulada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor líquido inicial	18.298,16	0,00	34.561,96	867,31	53.727,43
Movimentos do ano:					
Aquisições	0,00	45.712,71	406,50	0,00	46.119,21
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Abates	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depreciação do exercício	-2.033,12	-11.428,18	-7.357,10	-289,11	-21.107,51
Imparidade do exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total de movimentos	-2.033,12	34.284,53	-6.950,60	-289,11	25.011,70
Saldo final:					
Valor de aquisição	63.703,54	74.912,71	62.871,10	1.445,53	202.932,88
Depreciação acumulada	-47.438,50	-40.628,18	-35.259,74	-867,33	-124.193,75
Imparidade acumulada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor líquido final	16.265,04	34.284,53	27.611,36	578,20	78.739,13

As bases de mensuração utilizadas dos ativos fixos tangíveis têm uma vida útil finita, sendo utilizado o método da linha reta no registo das depreciações, imputadas numa base sistemática pelo período de vida útil que estimámos, conforme descrito na Nota 3.2.

5.2 – Existência e quantias de restrições de titularidade de ativos fixos tangíveis dados como garantia de passivos:

Não existe qualquer restrição à titularidade de ativos fixos tangíveis.

6. Ativos intangíveis:

6.1 – Divulgações por cada classe de ativos intangíveis:

Exercício de 2020

Movimentos	Rubricas		Total
	Programas de computador	Outros ativos intangíveis	
Saldo inicial:			
Valor de aquisição	13.186,78	0,00	13.186,78
Depreciação acumulada	-10.123,90	0,00	-10.123,90
Valor líquido inicial	3.062,88	0,00	3.062,88
Movimentos do ano:			
Aquisições	20.000,00	0,00	20.000,00
Depreciação do exercício	-9.727,95	0,00	-9.727,95
Total de movimentos	10.272,05	0,00	10.272,05
Saldo final:			
Valor de aquisição	33.186,78	0,00	33.186,78
Depreciação acumulada	-19.851,85	0,00	-19.851,85
Valor líquido final	13.334,93	0,00	13.334,93

Exercício de 2019

Movimentos	Rubricas		Total
	Programas de computador	Outros ativos intangíveis	
Saldo inicial:			
Valor de aquisição	13.186,78	0,00	13.186,78
Depreciação acumulada	-7.061,95	0,00	-7.061,95
Valor líquido inicial	6.124,83	0,00	6.124,83
Movimentos do ano:			
Aquisições	0,00	0,00	0,00
Depreciação do exercício	-3.061,95	0,00	-3.061,95
Total de movimentos	-3.061,95	0,00	-3.061,95
Saldo final:			
Valor de aquisição	13.186,78	0,00	13.186,78
Depreciação acumulada	-10.123,90	0,00	-10.123,90
Valor líquido final	3.062,88	0,00	3.062,88

Handwritten marks:
A
M
S

Os ativos intangíveis têm uma vida útil finita, sendo utilizado o método da linha reta no registo das amortizações, imputadas numa base sistemática pelo período de vida útil que estimámos que ascenda a 3 anos.

7. Clientes e outros créditos a receber:

7.1 – Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras. Categorias de ativos e passivos financeiros:

Os instrumentos financeiros detidos pela Associação encontram-se mensurados ao custo ou custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade, ou, nos casos aplicáveis, ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados.

O detalhe da rubrica de clientes apresenta-se como segue:

Natureza	2020	2019
Clientes conta corrente	1.122.565,70	1.126.336,84
Clientes de cobrança duvidosa	666,87	3.611,42
Total bruto	1.123.232,57	1.129.948,26
Perdas por imparidade acumuladas	-666,87	-2.061,08
Total líquido	1.122.565,70	1.127.887,18

A exposição da Associação ao risco de crédito é atribuível aos créditos a receber da sua atividade normal. Os montantes apresentados no balanço encontram-se líquidos das perdas acumuladas por imparidade para cobranças duvidosas que foram estimadas pela Associação de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolvente económica.

A Associação entende que o valor contabilístico dos outros créditos a receber é próximo do seu justo valor.

A 31 de dezembro 2020 não temos indicações de que não serão cumpridos os prazos normais de recebimento dos valores incluídos em clientes não vencidos e em clientes vencidos para os quais não existe imparidade registada.

Handwritten marks and signatures in the top right corner of the page.

O detalhe dos outros créditos a receber apresenta-se como segue:

Natureza	2020	2019
Acréscimos de rendimentos	263.575,64	290.931,48
Outros devedores	1.196,53	5.951,88
Total	264.772,17	296.883,36

8. Estado e outros entes públicos:

A rubrica de Estado e outros entes públicos respeita às seguintes naturezas:

Natureza	2020		2019	
	Ativo corrente	Passivo corrente	Ativo corrente	Passivo corrente
Imposto sobre o rendimento	0,00	9.917,91	0,00	10.347,70
Retenção de impostos sobre rendimentos	0,00	40.936,28	0,00	34.518,94
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	139.272,27	0,00	201.574,74	0,00
Contribuições para a Segurança Social	45,80	4.053,01	0,00	4.075,23
Total	139.318,07	54.907,20	201.574,74	48.941,87

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, sendo cinco anos para a Segurança Social. Deste modo, as declarações fiscais da Associação dos anos de 2017 a 2020 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

A Direção da Associação entende que as correções resultantes de revisões, por parte das autoridades fiscais, àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020. Não foram reconhecidos outros impostos diferidos ativos ou passivos, dado que não existem situações que levem à sua contabilização.

~~A~~ ~~A~~
M
Jh

9. Capital Próprio:

A variação ocorrida, nos anos de 2019 e 2020, no capital próprio encontra-se devidamente evidenciada na Demonstração das alterações no capital próprio.

10. Financiamentos obtidos:

Os financiamentos obtidos respeitam às seguintes dívidas:

Tipo de financiamento obtido	Passivo não corrente	Passivo corrente	Total
Locações financeiras	45.492,35	9.125,04	54.617,39

10.1 – Informação a prestar referente a locações financeiras (locatários):

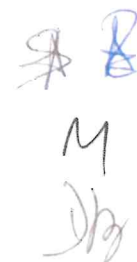
Categoria de ativo	Valor líquido	Divisão temporal		
		Inferior a 1 ano	Superior a 1 ano e inferior a 5 anos	Superior a 5 anos
BMW 530E (25-ZO-52)	22.856,35	4.987,92	22.791,51	0,00
SEAT Tarraco (42-ZU-40)	31.980,84	4.137,12	22.700,84	0,00
Total	54.837,19	9.125,04	45.492,35	0,00

De salientar que não existem rendas contingentes reconhecidas.

11. Fornecedores e outras dívidas a pagar:

11.1 – Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras. Categorias de ativos e passivos financeiros:

Os instrumentos financeiros detidos pela Associação encontram-se mensurados ao custo ou custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade, ou, nos casos aplicáveis, ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados.



 M

 Jh

O detalhe da rubrica de fornecedores apresenta-se como segue:

Natureza	2020	2019
Fornecedores conta corrente	3.244,94	8.072,66

A rubrica de outras dívidas a pagar apresenta-se como segue:

Natureza	2020	2019
Credores por acréscimos de gastos	29.936,99	29.023,48
	29.936,99	29.023,48
Outros credores:		
Direitos a pagar	11.196,51	18.726,52
Fundo cultural	-3.916.640,20	-3.345.162,70
Direitos cobrados	80.134.062,04	70.626.275,58
Direitos pagos	-61.031.926,51	-53.173.545,73
Rendimentos de aplicações financeiras	1.757.786,60	1.757.222,54
Juros de depósitos à ordem	29.524,32	29.524,32
Outros	28.310,10	74.140,86
	17.012.312,86	15.987.181,39
Total	17.042.249,85	16.016.204,87

As outras dívidas a pagar constantes do passivo não corrente ascendem a 10.222.806,25 euros e do passivo corrente a 6.819.443,60 euros.

12. Rédito:

12.1 – Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços.

O rédito compreende o justo valor da prestação de serviços, líquido de impostos e descontos, e é reconhecido com referência à sua prestação.

~~A~~ ~~B~~
M
Jh

12.2 – Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

Natureza	2020	2019
Prestações de serviços:		
Serviços	710.505,43	697.790,55
Total de prestações de serviços	710.505,43	697.790,55
Outros rendimentos:		
AGICOA	2.406,88	2.406,88
Cedência de espaço sem serviços	9.000,00	0,00
Ganhos em ativos fixos	9.000,00	0,00
Outros	4.634,19	588,68
Total de outros rendimentos	24.937,20	2.995,56

13. Fornecimentos e serviços externos:

Os fornecimentos e serviços externos apresentam o seguinte detalhe:

Natureza	2020	2019
Trabalhos especializados	138.415,77	142.176,65
Honorários	99.108,50	101.821,10
Rendas e alugueres	60.636,13	60.229,00
Comunicação	12.985,88	7.510,69
Deslocações e estadas	6.960,47	16.673,63
Combustíveis	4.521,37	4.763,47
Despesas de representação	3.430,91	2.984,06
Material de escritório	2.638,75	4.250,74
Artigos para oferta	2.250,00	2.500,00
Diversos	16.254,56	17.205,34
Total	347.202,34	360.114,68

~~BA~~
M
Jhy

14. Gastos com o pessoal:

Os gastos com o pessoal apresentam o seguinte detalhe:

Natureza	2020	2019
Remunerações	227.475,67	187.949,70
Encargos sobre remunerações	34.330,07	34.972,67
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	2.740,25	5.694,83
Outros gastos com o pessoal	2.262,84	1.249,14
Total	266.808,83	229.866,34

Durante o exercício de 2020, o número médio de pessoas ao serviço da Associação foi de 8 funcionários. Não se encontram estabelecidos benefícios a longo prazo para funcionários.

15. Outros gastos e juros e gastos similares suportados:

As rubricas de outros gastos e de juros e gastos similares suportados apresentam o seguinte detalhe:

Natureza	2020	2019
Outros gastos:		
Impostos	28.865,85	28.614,83
Correções relativas a exercícios anteriores	0,00	1.280,02
Diversos	5.399,90	17,94
Total de outros gastos:	34.265,75	29.912,79
Juros e gastos similares suportados:		
Juros suportados	1.357,27	158,28
Total de juros e gastos similares suportados	1.357,27	158,28

16. Acontecimentos após a data do balanço:

16.1 – Autorização para emissão:

a) Data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão e indicação de quem autorizou.

A Direção autorizou a emissão das demonstrações financeiras na data estipulada no relatório de gestão.

b) Indicação sobre se os proprietários, ou outros, têm o poder de alterar as demonstrações financeiras após esta data.

As associadas detêm o poder de alterar as demonstrações financeiras após a data acima referida.

16.2 – Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço. Indicação sobre se foram recebidas informações após a data do balanço acerca de condições que existiam à data do balanço. Em caso afirmativo, indicação sobre se, face às novas informações, foram atualizadas as divulgações que se relacionam com essas condições.

O surto pandémico provocado pela Covid-19, veio acrescentar dificuldades em perspetivar a evolução futura de curto prazo da economia e do nível de atividade no mercado.

Dada a incerteza, quer quanto ao período de duração da pandemia Covid-19, quer quanto ao seu impacto na economia global, a Entidade não consegue antecipar, totalmente, o impacto destes acontecimentos nas suas demonstrações financeiras.

Por último, em resultado da avaliação efetuada, a Direção considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações em 31 de dezembro de 2020.

17. Menções exigidas por diplomas legais

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas debitou-nos durante o exercício de 2020 o valor de 5.904,00 euros (IVA incluído) relativo à revisão de contas e 615,00 euros (IVA incluído) referente a parecer sobre relatório de transparência do exercício de 2019, não nos tendo sido debitados quaisquer outros valores.

Direção

Susana Costa
huc
D. J. J.

Contabilista Certificado

Ana Sofia Delgado

Certificação Legal das Contas

7

Moisés Cardoso e Manuel Pinheiro, SROC

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Contribuinte nº. 505 348 900

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de GEDIPE-Associação para a Gestão Coletiva de Direitos de Autor e de Produtores Cinematográficos e Audiovisuais, que compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2020 (que evidencia um total de 17 735 582 euros e um total de capital próprio de 580 563 euros, com um resultado líquido de 30 713 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de GEDIPE-Associação para a Gestão Coletiva de Direitos de Autor e de Produtores Cinematográficos e Audiovisuais, em 31 de Dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

A Direcção, órgão de gestão da GEDIPE, mantém-se confiante de que a pandemia do Covid-19 não terá efeitos na actividade da Associação no ano de 2021.

Concordamos com a posição manifestada pela Direcção.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

Moisés Cardoso e Manuel Pinheiro, SROC

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Contribuinte nº. 505 348 900

- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

Moisés Cardoso e Manuel Pinheiro, SROC

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Contribuinte nº. 505 348 900

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório da direção foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas, e tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Prior Velho, 16 de Abril de 2021



Manuel Neta Pinheiro, em representação de

Moisés Cardoso e Manuel Pinheiro, SROC

**Relatório e Parecer
do Conselho Fiscal**

8



RELATÓRIO E PARECERES DO CONSELHO FISCAL

Senhores Associados,

Em cumprimento da lei e dos estatutos, apresentamos:

- Relatório da nossa Actividade e Parecer sobre o Relatório e Contas;
- Parecer sobre o Relatório de Transparência,

Os dois documentos foram-nos apresentados pela Direcção da GEDIPE-Associação para a Gestão Coletiva de Direitos de Autor e de Produtores Cinematográficos e Audiovisuais, e são referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2020.

Acompanhámos, a actividade da Associação, e obtivemos os esclarecimentos e informações indispensáveis ao desempenho das nossas funções.

No final do exercício, analisámos os documentos apresentados pela Direcção, designadamente:

- o Relatório, a Demonstração de resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e respectivo Anexo; e
- o Relatório de Transparência.

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas emitiu a adequada Certificação Legal das Contas, e Parecer sobre o Relatório de Transparência, com as quais concordamos e que devem considerar-se parte integrante deste Relatório.

Em resultado dos exames efectuados, é nossa convicção que o Relatório da Direcção é suficientemente esclarecedor da situação e actividade da Associação e que as Demonstrações Financeiras satisfazem as disposições legais e estatutárias. Consideramos também que o Relatório de Transparência cumpre os quesitos previstos no Anexo, a que se refere o artº 26-A da Lei 26/2015 de 14 de Abril, com as alterações produzidas pelos DL 100/2017 de 23 de Agosto e DL 89/2019 de 4 de Julho.

Baseados nas informações e explicações recebidas da Direcção e dos Serviços e tendo em consideração as análises e verificações efectuadas, somos de parecer que:

ASSOCIAÇÃO PARA A GESTÃO COLETIVA DE DIREITOS DE AUTOR E DE PRODUTORES CINEMATOGRAFICOS E AUDIOVISUAIS

Av. Infante Dom Henrique nº 306, Lote 6, 1º Piso, 1950-421 Lisboa «» Contribuinte: 504.229.290
tel: (+351) 218 400 187/8 «» fax: (+351) 218 400 189 «» e-mail: info@gedipe.org «» web: www.gedipe.org



- a) Que sejam aprovados o Relatório e as Contas apresentadas pela Direcção;
- b) Que seja aprovada a Proposta de aplicação dos resultados apresentada pela Direcção;
- c) Que seja aprovado o Relatório de Transparência apresentado pela Direcção.

Por último, pretendemos expressar à Direcção e aos Serviços da Associação, o nosso reconhecimento pela disponibilidade e colaboração manifestadas.

Lisboa, 28 de Maio de 2021

O Conselho Fiscal

Presidente - Films4You – Cinema, Lda,
representada por João Paulo Abreu

Vice-Presidente - TVI – Televisão independente, SA
representada por António Henriques Gaspar

Vogal - Moisés Cardoso e Manuel Pinheiro, SROC
representada por Manuel Neta Pinheiro